

A MULHER QUE HABITAVA EM NÍSIA FLORESTA

THE WOMAN WHO LIVED IN NÍSIA FLORESTA

ALANA LIMA DE OLIVEIRA¹

RESUMO: Este trabalho tem o intuito de apresentar a história de vida de Nísia Floresta e seus principais feitos, bem como, o contexto histórico social em que ela viveu, destacando o pensamento dominante da sociedade do século XIX e a condição feminina da época. Não se trata, porém, de remeter o leitor à cronologia da vida e obra desta autora, e sim, de pontuarmos quem foi essa autora brasileira e o que ela fez numa época em que a mulher só era percebida dentro do espaço doméstico, enquanto mãe e esposa, sem direito à voz, imagem e identidade em outros espaços. Para tanto, iremos discorrer sobre a estreia de Nísia Floresta no cenário nacional, as suas lutas em favor do sujeito oprimido, entendendo que a história de luta de Nísia Floresta se confunde com sua própria história de vida, apresentando, ao final, as contribuições nisianas para o feminismo e o direito das mulheres no Brasil oitocentista, e suas repercussões nos anos que se seguiram, por meio de um estudo dedutivo bibliográfico, em que se buscou traçar um liame entre direito, literatura, tradução e feminismo.

PALAVRAS-CHAVE: história do direito das mulheres; literatura; feminismo.

ABSTRACT: This work aims to present Nísia Floresta's life story, and her main achievements, as well as the socio-historical context in which she lived, highlighting the nineteenth century mainstream thought and the female condition at the time. This is not, however, an attempt to refer the reader to chronological life and work facts about the author, but, instead, it is an opportunity for us to punctuate who was this Brazilian author, and what she achieved at a time when women were perceived only within the domestic space, as mothers and wives, without any rights with regards to speech, image and identity in any other space. For this, we will dissert about Nísia Floresta's debut in the national scene, and her battles in favor of many oppressed individuals, understanding that Nísia Floresta's revolutionary story is intertwined with her own life story; at the end, we will present her contributions to feminism and women rights in nineteenth century

¹ Bacharela em Direito pela UEPB. Advogada. Especialista em Direito Processual Civil pela Unp. Mestra em Ciências Jurídicas pelo PPGCJ/UEPB. Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Letras da UEPB. Professora do curso de Direito da Faculdade Cesrei. Vice-Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/CG. E-mail: alana.mdh@gmail.com

Brazil, and its repercussions in the following years, in a deductive bibliographical study that aimed to trace liaisons between law, literature, translation, and feminism.

KEYWORDS: women rights history; literature; feminism.

APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO:

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Ao iniciar a pesquisa sobre o feminismo de Nísia Floresta, constatei que a maior parte dos trabalhos acadêmicos eram provenientes de outras áreas do conhecimento, tais como, a literatura e a história, ante às experiências da autora como educadora e escritora mundo afora. A bibliografia existente no direito sobre o assunto, porém, era escassa, podendo-se dizer que era quase inexistente.

Ocorre que o contato com outros campos do saber me transportou a lugares até antes desconhecidos, os quais acabaram formando a base epistemológica da pesquisa, e conferindo, outrossim, um aspecto multidisciplinar ao trabalho, o que foi levado a cabo por meio de um estudo dedutivo bibliográfico, em que se buscou traçar um liame entre direito, literatura, tradução e feminismo.

Falar sobre Nísia Floresta a partir do direito foi, sem dúvida, o maior desafio, mas, o interesse pela matéria e, principalmente, a necessidade de fomentar a pesquisa acerca dessa autora, ultrapassou as maiores dificuldades. Quando comecei a pesquisar a vida de Nísia, pensei se tratar apenas da escritora que recebe o título de primeira feminista do Brasil, mas, descobri que em quase todos os feitos de Nísia, havia algo de inédito.

Inicialmente, o meu problema consistiu em saber quem foi essa brasileira, natural do Rio Grande do Norte, e ainda, pouco difundida no Brasil. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico os estudos críticos de Constância Lima Duarte sobre vida e obra de Nísia Floresta, tendo como mote, a trilogia literária da autora acerca da mulher, do índio e do negro enquanto coletivo excluído, explorado e marginalizado.

Traçadas as linhas teóricas, o intuito da pesquisa foi de apresentar a história de vida de Nísia Floresta e seus principais feitos, bem como, o contexto histórico social em que ela viveu, destacando o pensamento dominante da sociedade do século XIX e a

condição feminina da época, a fim de pontuarmos quem foi essa autora brasileira e o que ela fez numa época em que a mulher só era percebida dentro do espaço doméstico, enquanto mãe e esposa, sem direito à voz, imagem e identidade em outros espaços.

Trata-se, portanto, de um texto que tem como ideia central a análise das contribuições de Nísia Floresta para o feminismo e para a história do direito das mulheres no Brasil oitocentista, e suas repercussões nos anos que se seguiram.

A ESTREIA DE NÍSIA FLORESTA NO CENÁRIO NACIONAL

Mulher forte e destemida foi considerada uma revolucionária para a época em que viveu. Dotada de uma personalidade incomum, transgrediu regras e princípios morais até então vigentes, desafiando o patriarcado, que via no casamento o único meio de realização pessoal da mulher, ao romper, com apenas 13 anos de idade, sua vida conjugal com Manuel Alexandre Seabra de Melo, que lhe tinha sido prometido em casamento no ano de 1823.

O rompimento do vínculo marital a fez regressar para a casa de seus pais, e no ano seguinte, se instalar em Pernambuco onde permaneceu por um bom tempo, chegando a casar-se novamente, desta vez, com um acadêmico de Direito por nome de Manuel Augusto de Faria Rocha, a quem dedicou todo seu amor e afeto mesmo após a sua morte, e com o qual teve seus dois filhos, Livia e Augusto.

Apesar desse perfil amoroso, de mulher dedicada à família e aos filhos, Nísia Floresta sempre esteve atenta às questões sociais, e, diferentemente, das mulheres de seu tempo, procurou não reproduzir o modelo patriarcal, denunciando as injustiças sociais praticadas contra a mulher, e falando em defesa dos sujeitos oprimidos.

Desde muito cedo, preocupou-se em revelar seus ideais acerca da opressão que vivia a mulher na sociedade do século XIX, utilizando-se para isso da escrita, expediente do qual não se desvinculou durante toda a sua vida.

Seus primeiros textos, escritos na forma de artigos, versaram sobre a condição da mulher no Brasil e em vários países. Publicados no jornal pernambucano *Espelho das brasileiras*, entre o período de fevereiro a abril de 1831, marcam o início da vida autoral de Nísia Floresta no mundo das letras.

No entanto, data de 1832, o livro que torna a autora conhecida nacionalmente e internacionalmente por ser o texto precursor dos direitos das mulheres no Brasil, não havendo qualquer registro na literatura nacional de outro autor ou autora que tenha abordado a questão da mulher antes da obra nisiana.

O título *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* representa o marco teórico do feminismo no Brasil, e aparece em resultado ao processo de tradução do livro de Mary Wollstonecraft, de 1792, intitulado *Vindications of the rights of woman*, o qual é também considerado o texto seminal dos direitos das mulheres no plano mundial.

Esses dois escritos sinalizam, portanto, o começo de uma era em favor dos direitos das mulheres, os quais vão sendo conquistados ao longo do tempo, em meio a muitas lutas e reivindicações.

Rubricado quando a autora tinha apenas 22 anos, *Direitos das mulheres* foi a estreia de Dionísia Gonçalves Pinto como Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado pela autora, por amor aos elementos que mais marcaram sua vida, e que lhe acompanhou durante sua trajetória literária.

Dedicado às brasileiras e aos acadêmicos brasileiros, o livro surge com o propósito de interferir no pensamento dominante da época, a fim de provocar uma tomada de consciência por parte das mulheres quanto aos seus direitos e a sua capacidade intelectual. Configura-se, então, numa crítica à forma que a sociedade enxergava a mulher, e ao mesmo tempo, em um apelo à importância da mulher na vida social.

Traduzido do livro de Mary Wollstonecraft, a ele se aproxima e ao mesmo tempo se distancia, já que não foi desenvolvido nas mesmas bases ideológicas do original, ante as diferenças culturais, políticas e econômicas que separavam os dois textos.

Apesar de ser classificado como tradução, adverte a autora já na capa do livro, se tratar aquele de uma tradução livre do francês para o português, o que leva a crer que a obra de Nísia Floresta não se manifesta como uma simples tradução literal, e sim, uma tradução cultural das principais ideias do tratado de Mary Wollstonecraft acerca do direito das mulheres.

A tradução empreendida por Nísia Floresta ao texto de Mary Wollstonecraft inaugura, na verdade, um texto baseado na cultura brasileira, o que constitui mais do que um projeto inédito e genuinamente nacional, mas, uma arte de coragem!

A proposta de Nísia, através do seu trabalho de tradução cultural, pode ser entendida também como uma tentativa de construção da nação, já que ao romper com o original, num movimento de independência e emancipação com o centro europeu, escreve um texto novo, analisando a questão da mulher a partir da perspectiva nacional.

A atividade de tradução da autora se realiza, portanto, do lugar do sujeito oprimido, silenciado e excluído, materializado na figura da mulher brasileira. Esse trabalho de tradução cultural perpetrado por Nísia Floresta fez criar no Brasil do século XIX, as raízes do feminismo e do direito das mulheres.

Traduzir a obra de Woolstonecraft levando em consideração a cultura, os atores e os problemas locais, deixava a obra com mais identidade. Afinal, o projeto de Nísia Floresta era falar sobre a situação das mulheres no Brasil de 32, e não simplesmente traduzir os ideais feministas europeus.

Ponderar diante das necessidades da mulher brasileira, através de uma epistemologia que fala da margem para o centro, que coloca a periferia como o lugar do discurso, do saber e da práxis social, num exercício contra hegemônico, foi a opção encontrada por Nísia Floresta para apresentar um produto com origem no Brasil.

Assim sendo, é possível afirmar que Nísia além de ser pioneira na luta pelo direito das mulheres, foi precursora do movimento nacionalista, pois, ajudou a construir o sentimento de nacionalidade do povo brasileiro, ao chamar a atenção da sociedade por meio de sua literatura para a questão nacional, desprezando a velha ordem que ainda tentava imperar, mesmo após a independência do Brasil ocorrida em 1822.

Registre-se que o momento histórico pelo qual passava o país na época em que Nísia Floresta publicou *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens*, era de um país conservador, sem muitos avanços no campo da política e economia, basicamente idêntico ao período do Brasil colonial, ou seja, escravocrata e patriarcal.

Daí porque se diz que Nísia se destaca na luta de interesses em construir a nação com uma identidade nova, desapegada da metrópole, imbuída no desejo de não mais importar os imaginários estrangeiros, e sim, mostrar o Brasil pelos seus próprios sujeitos e com suas próprias características.

Com efeito, o sentimento nativista da autora é revelado em muitos outros textos, seja em forma de poema, crônica, artigo de jornal, ou em suas narrativas de viagem.

Uma das principais características da literatura de Nísia Floresta era o uso recorrente de uma mesma temática.

Segundo Duarte (2008, p. 185):

Observando o conjunto da obra de Nísia Floresta, percebe-se com uma nitidez surpreendente o diálogo que os textos realizam entre si, como se fossem peças complementares de um mesmo plano de ação. O propósito de formar e modificar consciências, já o disse, perpassa quase todos os livros, os quais se unem em torno de um projeto coerente e consciente de alterar o quadro ideológico social.

Dentre os mais importantes temas que escreveu durante sua trajetória literária, destacam-se as figuras do negro, do índio e da mulher, os quais eram observados consoante o seu lugar de sujeito oprimido na sociedade, e em nome de quem a autora passou a travar verdadeira luta ideológica por direitos básicos, tais como: liberdade, cidadania e educação.

A militância de Nísia Floresta na reivindicação de direitos de minorias se deu por meio da literatura e do magistério, mister que exerceu desde quando se instalou na cidade do Recife, continuando seu ofício em Porto Alegre, quando lá residiu do período de 1832 a 1837, e também na cidade do Rio de Janeiro, onde publicou boa parte de seus livros.

Recém chegada no Rio de Janeiro, Nísia funda um estabelecimento de ensino destinado ao público feminino, por nome de Colégio Augusto, no qual atuou na função de diretora, e através do qual pôde formar a opinião de diversas mulheres quanto à necessidade de acesso ao conhecimento científico, caminho apontado por ela como sendo o único capaz de se chegar à emancipação feminina.

A fundação do Colégio Augusto, em 1838, é, sem dúvida, uma conquista para a sociedade feminina da época, vez que eram poucas as instituições de ensino direcionadas às mulheres, e as que existiam se limitavam a ensinar de forma superficial o vernáculo e as quatro operações, além de práticas de boas maneiras, trabalhos com agulhas e tesouras, e princípios de bordados.

A primeira legislação que conferiu às mulheres o direito de frequentar estabelecimentos de ensino é de 1827. Conforme o art. 11 da referida lei, nas escolas só eram ministradas aulas de nível elementar, não sendo facultado à mulher o direito de se matricular em instituições de ensino superior. Vê-se, deste modo, que a educação

que a mulher tinha acesso naquela época era de ordem moral e doméstica, a fim de prepará-la para ser uma boa mãe-filha-esposa e bem praticar seus deveres domésticos.

Não havia escolas para as mulheres como havia para os homens, sendo poucas as mulheres letradas. Aquelas cujas famílias detinham um poder aquisitivo melhor tinham o privilégio de ter em casa aulas de línguas estrangeiras e gramática, as que não tinham, se contentavam com a própria sorte.

Segundo pontua Lauro de Oliveira Lima (s.d):

Até 1808, Portugal proibia no Brasil: abertura de Escolas, Jornais, circulação de livros, associações, discussões de ideias, bibliotecas, fábricas, agremiações políticas e qualquer outra forma de produção livre de bens.

Logo, a educação pública no Brasil era algo incipiente e de difícil acesso, principalmente, para as mulheres, os negros, os mestiços e os pobres em geral. A situação se agravava ainda mais no interior do país onde a presença de instituições de ensino era nula.

Como assevera Duarte (2008, p. 160):

é preciso ressaltar, bem distintas, eram as condições de vida das mulheres do Rio de Janeiro e daquelas que residiam no restante do país. As primeiras, a título de educação, exercitavam as *prendas* que lhes permitiriam participar da vida social: tocar piano, cantar, declamar, falar alguma língua estrangeira. A cidade proporcionava mais contatos sociais e a família patriarcal, aí, aos poucos perdia sua rigidez. Às demais mulheres, só lhes restava permanecer em seu universo próprio, recolhidas com seus bordados, doces e rezas (grifo nosso).

Apesar da criação do Ato Adicional de 1834 que delegava a cada província a responsabilidade de criar estabelecimentos de ensino em níveis primário e secundário, sendo o ensino superior de responsabilidade da união, o Estado não se sentia responsável pela educação e a possibilidade de uma formação intelectual de excelência era quase inexistente.

A intenção de Nísia ao inaugurar o Colégio Augusto evidencia-se, portanto, como uma prática de vanguarda, mormente, pela sua proposta educacional, já que ofertava no quadro de disciplinas obrigatórias, matérias até então nunca lecionadas para as mulheres.

De acordo com Constância Lima Duarte (2008, p. 186):

Entre as inovações aí reconhecidas, são sempre lembradas o ensino do latim, de línguas vivas como o francês, o italiano e o inglês e das respectivas gramáticas e literaturas; o estudo de Geografia e História do país, a prática da Educação Física; e a limitação do número de alunas por turma como forma de garantir a qualidade do ensino.

Embora alvo de duras críticas, o Colégio Augusto não cede às pressões ideológicas da época, e segue firme prestando seu trabalho à população feminina, recebendo, inclusive, elogios no jornal de maior circulação da cidade. Só em 1856, após a realização de diversos cursos preparatórios à formação da cidadania e educação feminina, encerra de vez suas atividades.

A conclusão que se pode chegar, destarte, é que como escritora ou como educadora, o fato é que Nísia colabora de forma inédita para as primeiras mudanças no pensamento da elite escravocrata, quanto às questões sociais que assolavam o país no século XIX.

NÍSIA FLORESTA E SUAS LUTAS EM FAVOR DO SUJEITO OPRIMIDO

A história de luta de Nísia se confunde com sua própria história de vida.

Como dito em linhas anteriores, durante toda sua carreira, procurou analisar a figura do sujeito oprimido, seja a mulher, o negro ou índio, tecendo grande crítica ao pensamento dominante da época.

A literatura de Nísia é o que se pode chamar de literatura de resistência a qualquer forma de opressão e dominação, que uma pessoa pode exercer sobre a outra. Seus textos são, portanto, um reflexo da sua tomada de posição diante dos problemas sociais.

Depois da sua estreia no cenário nacional em 1832, escreve mais um livro tematizando acerca da questão da mulher, denominado *Conselhos à minha filha* e publicado na cidade do Rio de Janeiro, em 1842.

No mesmo ano em que decide morar na Europa, deixa para o país uma das suas mais importantes obras, *A lágrima de um caeté*, assinado pelo nome de Telesilla, pseudônimo nunca antes usado o qual foi adotado em analogia à poetisa grega, nascida no século VI a.C., que na falta de exército, lutou com vestes masculinas junto com os escravos na guerra contra as tropas espartanas.

Texto escrito em forma de poema épico versa sobre duas temáticas bastante palpitantes no Brasil da época, e que Constância Lima Duarte (2008, p. 62) aponta como sendo “a conjunção de dois dramas: o do índio brasileiro espoliado pelo colonizador português; e o vivido pelos liberais durante a Revolução Praieira, acontecida em Pernambuco”.

Obra que se insere na geração do romantismo brasileiro da metade do século XIX, se destaca das demais obras do período, por retratar o índio enquanto sujeito marginalizado e excluído, e não como figura idealizada, tal qual fez a maioria de seus contemporâneos.

No momento em que escreveu o poema, o tema do índio era a tônica da literatura e da música, e boa parte dos autores brasileiros, a exemplo de Gonçalves Dias e José de Alencar, descrevia o índio como herói nacional baseado na doutrina do bom selvagem.

Já o índio de Nísia Floresta era visto como ser oprimido cujo opressor era o português colonizador, que numa atitude de extrema dominação, roubava a sua essência nativista, e, por isso, era preterido do seu direito de figurar verdadeiramente como herói nacional, ante a perda de sua identidade.

Ao contrário das narrativas da época, que via no índio a possibilidade de transformá-lo em um herói assim como foi o cavaleiro medieval da cultura branca etnocêntrica, Nísia renasce seu sentimento nacionalista no poema, sem falsos discursos e adereços, mostrando as condições subumanas por que passaram os índios desde o tempo da colonização.

É o que se pode ver no trecho transcrito abaixo:

Indígenas do Brasil, o que sois vós?
Selvagens? os seus bens já não gozais...
Civilizados? não... vossos tiranos
Cuidosos vos conservam bem distantes
Dessas armas com que ferido tem-vos.
De sua ilustração, pobres caboclos!
Nenhum grau possuís! ... Perdestes tudo,
Exceto de covarde o nome infame...
(Floresta, 1997, p. 39).

Sob essa perspectiva, Nísia Floresta analisa o índio em suas condições reais de existência, ou seja, como ser vilipendiado em sua identidade própria, e antecipa um movimento denominado de indigenismo, em oposição ao indianismo que era uma

corrente já bastante conhecida entre todos, e segundo o qual o índio era considerado um ser divino, ideal, dono de uma bondade natural e beleza exuberante.

Em pesquisa realizada por ocasião de sua tese doutoral, Maria José de Queiroz (1962, p. 95) afirma que o indigenismo “foge às considerações estéticas, ao exotismo, ao espetáculo. Indaga pelo Homem. Nem mito, nem símbolo, nem herói”, percebe, assim, o índio na sua forma nua e crua.

Este movimento se aproxima mais da realidade do indígena brasileiro, já que resgata a sua autêntica identidade, isto é, de sujeito perdedor e explorado pelo homem branco, e que a propósito chamou mais a atenção de Nísia Floresta do que o seu caráter puro e inocente, como era tratado pelos autores da época.

O resgate da identidade real do indígena no poema não objetiva, contudo, fazê-lo mais perdedor e derrotado quando da época da colonização, mas, de fazê-lo consciente do que havia perdido em razão de anos de dominação e exploração, e daí, se rebelar e denunciar o despotismo português.

Vejamos:

Ao jugo de tiranos opressores,
Que em nome do piedoso céu vieram
Tirar-nos esses bens que o céu nos dera!
As esposas, a filha, a paz roubar-nos!...
Trazendo d'além mar as leis, os vícios,
Nossas leis e costumes postergaram
[...]
Maldito, ó maldito sejas,
Renegando Tapeirá!
Teu nome em nossas florestas
Em horror sempre será
(Floresta, 1997, p. 38).

Para Duarte (2008, p. 95), *A lágrima de um caeté* é “uma nova página da temática indígena do nosso romantismo: mais que um poema indianista temos aí talvez uma das primeiras abordagens de cunho indigenista de nossa literatura”, o que sinaliza mais uma vez o pioneirismo nisiano.

Deste modo, Nísia sai na frente daqueles que ainda conservavam o pensamento imbricado nos valores da cultura etnocêntrica, ao invés, de tentar conferir ao índio e ao ambiente em que vivia, uma identidade puramente nacional, ainda que fosse triste e lamentável.

O índio nisiano não é definitivamente o índio idealizado da mítica do bom selvagem, mas, um índio crítico e irresignado com sua miserável condição humana. A passagem a seguir expressa bem essa proposta:

- Goiana!... clama ele ali vagando, Mais triste do que lá no Beberibe:
Onde está teu Herói? o filho teu!
- No céu...
(Floresta, 1997, p. 56).

Ao indagar sobre o herói, Nísia intenciona mostrar que o índio Caeté não figura como o herói épico clássico, e sim, um índio humanizado, feito de carne e osso, capaz de perceber o seu não lugar na sociedade.

Se em 32, Nísia Floresta fala em defesa da mulher que sofre opressão do homem, aqui ela desenvolve um diálogo de cumplicidade com o índio vencido, e a ele se alia na defesa de seus direitos a ponto de confundir-se com o próprio personagem. A lágrima caída é também a lágrima sentida por Nísia, e numa mistura de sentimentos, ora de compaixão ora de revolta, dá voz ao nativo para lutar por sua liberdade, dignidade e propriedade.

O índio retratado na literatura de Nísia assume finalmente sua posição real na história, e ao avesso dos contos ilustrados do romantismo indianista, luta contra a invasão portuguesa, negando o mito do bom selvagem e revelando-se em um humano disposto a vingar a morte de seus antepassados, a reivindicar por suas terras, seus costumes, suas crenças, tudo em nome de um ideal legítimo de nacionalidade.

Vê-se, então, que Nísia, por meio de sua literatura, procura resgatar o sujeito oprimido da situação de vulnerabilidade em que se encontra, com o intuito de restaurar sua dignidade. É o que ocorre também na obra *Opúsculo humanitário*.

Após residir alguns anos na França, período em que participou do Curso de História da Humanidade, ministrado por Auguste Comte, de quem se tornou amiga e chegou a trocar 13 cartas durante o período de um ano, todas atualmente publicadas em forma de livro, Nísia retorna ao Brasil em 1852, e no ano seguinte publica esse novo texto no qual rediscute a temática da mulher.

Composta de 62 artigos, a obra aparece no cenário nacional inicialmente fragmentada, e diferente do projeto encabeçado pela autora em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, quando disse textualmente não querer causar revolução alguma

nos costumes, desta vez, aponta as falhas do sistema brasileiro quanto ao modo de formação educacional feminina, sugerindo, inclusive, reformas significativas.

O livro pode ser entendido como um plano liberal de frente progressista que identifica na educação do sexo feminino, a viabilidade de crescimento intelectual e econômico do país. É também um resgate da memória da condição feminina em diversas civilizações, através do qual Nísia relaciona o grau de desenvolvimento do país com a participação da mulher na sociedade.

Para a autora, quanto mais instruído fosse o país na educação de mulheres, mais evoluída seria a civilização. O progresso de um país dependia, pois, de uma boa formação educacional feminina.

A educação seria o caminho que a sociedade deveria trilhar rumo ao perfeito desempenho da mulher em sua função social. A justificativa de Nísia para essa proposta, era a de que sendo mães e esposas mais bem instruídas, as mulheres poderiam melhor contribuir para o futuro da nação e de seus pares.

De acordo com as palavras da própria autora:

Não nos embala a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigar herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho.

A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar de sua sorte presente (Floresta, 1989a, p.45).

Embora tenha consciência de sua impotência diante de anos de dominação masculina e conseqüente submissão feminina, bem como, reconheça a dificuldade de se alterar a realidade do quadro ideológico social vigente, denuncia o preconceito com que a mulher é tratada e roga às gerações seguintes que dê a educação feminina o lugar que ela merece.

Com efeito, Nísia parece antever que precisará de anos para que aconteça a mudança no pensamento dominante da época, acerca da real necessidade de acesso à educação por parte do público feminino, posto que é apenas no final do século, mais precisamente no ano de 1887, que a mulher conquista o direito de se formar em

cátedras brasileiras. Antes disso, todas que obtiveram o grau foram por meio de concessão de estudo em universidades estrangeiras.

Interferir na sociedade para transformar o sistema educacional feminino era a bandeira defendida por Nísia em *Opúsculo humanitário*, para tirar a nação do atraso cultural que se encontrava em relação aos demais países.

É o que podemos perceber no excerto abaixo:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher -, nossa débil voz se levanta, ná capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!

Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (Floresta, 1989a, p. 2).

A indagação de Nísia à elite e aos governantes brasileiros, porém, nos leva a outra questão: se o Brasil estava imbuído de ideais liberais, por que não havia interesse em educar as mulheres?

Ora, porque a educação constituía uma ameaça ao patriarcado. Educar era sinônimo de instruir o intelecto, e uma vez instruída, a mulher não ia se manter mais submissa ao homem, o que iria causar decerto um mal estar no universo de poder masculino.

Para manter a sociedade política estabilizada, a alternativa encontrada pela elite dominante da época, foi basear seu pensamento nas teorias filosóficas acerca da incapacidade feminina, que consideravam o cérebro das mulheres inferior ao dos homens e, portanto, lhes incapacitavam ao ofício de alta complexidade e ao raciocínio científico.

Dentro dessa perspectiva, era inútil educar as mulheres, pois, sendo seres humanos menores que os homens, só lhes incumbiam o espaço privado e as tarefas do lar, para as quais não era necessário grande esforço intelectual. Aos homens, contudo, competiam o espaço público, as decisões políticas e as atividades científicas.

Essa divisão simbólica do espaço endossava a lógica de dominação masculina, a qual era vista como algo natural, isto é, imposto pela natureza, contra a qual ninguém podia se insurgir. A longa história de dominação masculina era justificada, assim, pela teoria natural do poder de agir do homem, que fazia dele um ser maior, dotado de grande habilidade física e intelectual e excelente capacidade de reflexão cognitiva.

Por trás do discurso masculino sobre a incapacidade intelectual da mulher, no entanto, havia uma clara intenção em subjugar à mulher qualquer tipo de direito, até os mais básicos, como educação e cidadania. E isso foi percebido por Nísia em *Opúsculo humanitário*, antecipando mais outro movimento desencadeado no final do século, em que um grupo de mulheres passou a reivindicar por educação em níveis de excelência.

Assim, o pioneirismo de Nísia é de se destacar na formação de uma consciência feminista acerca do papel da mulher no século XIX. Para citar como exemplo, o I Congresso Feminista Brasileiro só ocorre em 1922, quase um século após a 1ª edição de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*.

Desde a publicação dessa obra, Nísia já defendia que a educação era a porta de acesso à emancipação feminina. Sem conhecimento científico, era impossível à mulher conhecer seus direitos. O projeto, em 32, era despertar a sociedade para a importância da mulher na vida social, em 53, a autora corrobora a proposta de *Direitos das mulheres*, mas, almeja uma profunda transformação na educação brasileira, o que demonstra a coragem e a maturidade da autora ao tratar a questão.

De acordo com suas palavras:

É partindo desta experiência que tiramos a conclusão de que, no Brasil, não se poderá educar bem a mocidade enquanto o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado.

Essa *revolução* nós a desejamos ardentemente, quaisquer que sejam os meios para isso empregados, contanto que possamos obter o melhor dos resultados a que aspiramos para o porvir venturoso de nossa terra (Floresta, 1989a, p. 60, 99-100, grifo nosso).

Se a educação era na metade do século XIX, um direito ainda embrionário ao público de mulheres, quiçá, a emancipação feminina. Na sociedade brasileira oitocentista, ainda era forte a discriminação contra as mulheres, e a possibilidade de romper os limites domésticos estava longe de ser uma realidade.

O clamor de Nísia por educação era a prova do abismo intelectual que separava o Brasil das sociedades mais modernas. A intenção em denunciar o estado deplorável da educação e exigir das autoridades uma melhoria no sistema educacional feminino consistia, de fato, no seu velho propósito nacionalista.

Depois de percorrer alguns países da Europa, Nísia estava convicta que era necessário haver uma revolução no pensamento da época, para que o Brasil pudesse ser um país desenvolvido e verdadeiramente liberal. Sua proposta em reivindicar por

mudanças era, segundo Constância Lima Duarte (2008, p. 202), “o desejo de ver seu país ao lado das nações mais progressistas”, o que representa para esta autora, “uma verdadeira declaração de amor à pátria”.

Apesar de todos os problemas enfrentados pelo público feminino no acesso à instrução, parece possível dizer que a educação é o maior legado do século XIX às mulheres.

No final do século XIX e início do século XX, começaram a emergir os primeiros movimentos sociais na defesa do direito das mulheres. O feminismo passou a se concretizar como movimento, e através dele, as mulheres passaram a lutar por espaços, direitos políticos, e depois, direitos civis e sociais.

Nesse contexto, Nísia Floresta contribui com fundamental importância para comprovar, através dos seus escritos, que a ideologia higienista sobre a incapacidade intelectual feminina era uma falácia. O projeto educacional proposto pela autora em *Opúsculo Humanitário* deve ser visto, destarte, como uma referência na consagração da educação enquanto direito humano conquistado pela mulher no século XIX.

Dois anos depois de tecer uma crítica veemente ao sistema educacional brasileiro, quanto à forma de educação das mulheres, Nísia escreve uma crônica intitulada *Páginas de uma vida obscura*, de 1855, em que articula o pensamento acerca da escravidão.

Movida por ideais abolicionistas e republicanos, ela vai usar novamente a sua literatura para denunciar a exploração do branco contra o negro. Essa temática será a principal pauta de Nísia na defesa dos direitos de minorias, entre os anos de 1855 e 1864, quando publica na Itália *Trois ans em Italie, suivis d'un voyage en Grèce*.

Antes desse período, contudo, a autora já havia manifestado sua opinião contra o sistema escravocrata, chegando a proferir conferências na década de 1840, na cidade do Rio de Janeiro, como nos fala Sabino Ignez (1996, p. 41):

Olhando para a política de seu país ainda escravocrata, aqui em 1842, tentou umas conferências públicas que aliás foram concorridas pelo que de mais seletos havia.

Saiam daí deslumbrados não só pela presença agradável da jovem senhora, como pela audácia da sua inteligência de primeira água e ainda mais... um horror para aquele tempo!... por ousar a ilustre dama falar em abolição e em federalismo (grifos nossos).

Esse ato marca o lugar da autora como a primeira mulher na história do Brasil a falar em público pelo fim da escravatura, sendo considerada, por isso e por mais alguns feitos inéditos, a primeira escritora abolicionista brasileira.

É também do ano de 1855, a crônica *Passeio ao aqueduto da carioca*, em que a autora desenvolve uma leve crítica à situação do negro no país, reportada na narrativa através da voz de um escravo que lamenta seu destino. O texto, em verdade, é uma crônica de cunho ufanista, que não objetiva discorrer sobre o sistema escravocrata, não havendo outra passagem na obra que trate novamente do tema. Todavia, fica aqui o registro de mais uma obra da autora fundada em ideais abolicionistas.

Vejamos:

Desde então só estas vozes
Escuto de humanidade:
Trabalha, trabalha, negro:
O chicote e a Eternidade!
Já curvado sob os anos
Oh! Meu Deus forças me dá!
Trabalha, trabalha, negro:
A morte te espera lá!
(Duarte, 2008, p. 111).

O poema revela a dor do cativo, que distante da pátria, lamenta sua vida infeliz, não lhe restando outro fim senão o trabalho, exercido em condições desumanas.

O curioso é que apesar de *Passeio ao Aqueduto da Carioca e Páginas de uma vida obscura* datarem do mesmo ano, ambas foram escritas em bases antagônicas de pensamento. No primeiro texto, como demonstrado acima, a autora denuncia os maus tratos dos senhores contra seus escravos, bem como, a péssima condição de vida do negro no país.

Já no segundo texto, Nísia aborda a questão do escravo baseada no preceito cristão que explicava a escravidão como uma via de salvação da humanidade. Assim, os escravos eram comparados à Cristo, que em sinal do seu amor e sua obediência, deu sua vida em sacrifício para remir os pecados dos homens. Dentro dessa lógica, quanto mais servo ao seu senhor, mais chance o negro tinha de livrar seu povo do pecado e ganhar o reino dos céus.

Inspirada na ideologia cristã de que a escravidão é um livramento de Deus para o homem, a crônica *Páginas de uma vida obscura* retrata a biografia de um negro, por nome de Domingos, que trazido da África passa a ser escravizado no Brasil, sem

nenhuma resistência, chegando a declarar que a escravidão é um instituto santo e bom, e que por esta razão, todos os escravos deviam se conformar com seu chamado. É o que podemos ver no excerto abaixo:

Meus amigos, suportai resignados os maus tratamentos que vos dão [...]; se a nossa má sorte nos fez cair de livres que éramos, neste cruel cativo, é porque *Deus assim o quis* para punir nossos pais das guerras que fazem aos seus semelhantes, expondo seus filhos e irmãos a serem assim desprezados longe de seu país. *Submetamo-nos sem murmurar* a seus Divinos decretos *como o Filho de Deus submeteu-se* para salvar o gênero humano aos martírios que lhe fizeram sofrer os homens, a quem ele podia ter esmagado, se quisesse, com um só de seus olhares (Duarte, 2008, p. 119, grifos nossos).

O negro idealizado por Nísia Floresta nessa narrativa é, portanto, sereno, paciente e resignado com sua condição de escravo. É o sonho de todo senhor! Mas, o que justificava a proposta da autora?

Ora, era no mínimo estranho, após anunciar sua posição abolicionista por meio de conferências e alguns escritos sobre a exploração desumana de brancos contra negros, que a autora estivesse ao lado da escravidão.

Para Constância Lima Duarte (2008), o que estava por trás dessa contradição era a própria contradição do pensamento liberal da época, que ao mesmo passo que desejava eliminar o sistema escravocrata, não pensava a sociedade sem ele.

Outra ideia sugerida pela autora para justificar as aparentes contradições de Nísia no texto em discussão, era a de que a referida crônica funcionava quase como um plágio ao texto *A cabana do Pai Tomás* de Harriett Stowe, já que havia expressa referência desta na obra nisiana, e que, por sua vez, analisava a escravidão à luz da ideologia cristã.

Não nos parece legítimo, porém, atribuir à autora tantas contradições e por que não dizer, certo equívoco, pois, conforme a narrativa vai se desenvolvendo, a autora começa a revelar outras identidades de escravo, que se opõem frontalmente ao perfil do escravo Domingos. Logo, a narrativa não está centrada unicamente na história de vida de Domingos, para que pudéssemos crer, tal como afirma Duarte (2008), que há um endosso por parte da autora da escravidão.

A apresentação de uma nova personagem no enredo, materializada na figura de um escravo consciente de sua condição social, inconformado com o cativo e disposto

a provocar uma revolta, dão conta que Nísia Floresta não estava alheia ao problema da escravidão.

É o que se pode perceber no escrito abaixo:

Maldição contra todos os senhores em geral, que só vêem em nós miseráveis condenados pelo Deus que dizem seu, a viverem e a morrerem sob cruéis tratamentos!!

Tu falas de bons senhores, continuou dirigindo-se a Domingos, onde existem eles? Se não és, como eu e tantos outros, desgraçado, a algum milagre de paciência o deves, não à humanidade desses seres de cor branca que olharão sempre em todos os tempos a nossa raça com desprezo, só própria para rudes trabalhos e digna de chicote! (Duarte, 2008, p. 129).

Ao contrário de Domingos, esse escravo se indigna da sua condição e critica o processo desumano em que é submetido pelos senhores, corroborando, assim, a ideia da autora já trazida à baila em *Passeio ao Aqueduto da Carioca*.

Para nós, a eventual contradição de Nísia Floresta no texto, configura-se em uma estratégia, a fim de conseguir atrair o número máximo de leitores para sua obra. Ao tratar do sistema escravocrata como algo instituído por Deus, Nísia justificava a prática dos senhores de escravos como sendo algo bom e divino, o que era um elogio ao público leitor, formado à época pela elite escravocrata.

Nesse sentido, Nísia ganhava a confiança do público através da exaltação à personagem Domingos porquanto era um escravo exemplar e obediente às ordens de seus senhores, para depois, revelar sua real intenção em bradar pelo fim da escravidão, por meio da voz de um escravo anônimo.

O seu projeto abolicionista consolida-se, todavia, anos mais tarde, quando já domiciliada na Europa, publica *Trois ans em Italie, suivis d'un voyage en Grèce*, através do qual protesta, em tom apelativo, pelo fim da escravatura no Brasil, se colocando como uma autêntica humanista na luta pelo direito dos negos.

Em suas palavras:

Ó minha pátria querida, Éden desse mundo imenso e extraordinário, reaparecido ao olhar deslumbrado de Colombo, *deixa, ah! deixa livremente explodir de teu nobre peito o grito humanitário, que sufocas penosamente, por força dos deploráveis preconceitos transmitidos por teus antigos dominadores de além-mar!* Sê conseqüente com as instituições livres que te regem, com a religião que professas: *quebra, oh! quebra os grilhões de teus escravos!* (FLORESTA, 1999, p. 41, grifos nossos).

Sem embargo de oposição da crítica literária, essa obra constitui uma legítima defesa da condição humana do negro, e representa, por conseguinte, o triunfo de Nísia Floresta na luta pela dignidade e liberdade dos escravos. Para a autora, não se podia mais tolerar uma relação senhoril e escrava num país que se aproximava do século XX, afinal, mais de 300 anos de escravidão havia se passado, e era preciso uma mudança no sistema político e econômico para que o Brasil pudesse ser verdadeiramente livre e desenvolvido, o que se fazia necessário por meio do federalismo e da abolição da escravatura.

Essas obras resumem, portanto, a trilogia literária de Nísia Floresta acerca da mulher, do índio e do negro enquanto coletivo excluído, explorado e marginalizado, em nome de quem a autora lutou para defender seus direitos.

CONTRIBUIÇÕES NISIANAS PARA O FEMINISMO E O DIREITO DAS MULHERES: NOTAS CONCLUSIVAS

Em todas as obras aqui analisadas, havia uma clara intenção da autora em falar da condição humana do sujeito, seja para lhe dar voz, lhe tirar do isolamento doméstico ou lhe devolver a liberdade e a dignidade. Como dito em linhas anteriores, a produção literária de Nísia Floresta durante toda a sua vida constitui um manifesto em defesa dos direitos humanos.

Analisando o conjunto da obra nisiana, é admissível dizer que seus textos, em seus mais variados gêneros, contribuem de forma pioneira para criar na sociedade brasileira do século XIX, uma consciência acerca do índio, da mulher e do negro enquanto pessoa, ou seja, enquanto ser humano dotado de direitos e deveres.

Silenciada por mais de um século na literatura brasileira, Nísia Floresta renasce no cenário nacional através da pesquisa da professora Constância Lima Duarte, no final da década de 1980. De lá para cá, diversos estudiosos se detiveram no resgate da memória dessa escritora, provenientes, em suma, dos centros acadêmicos do Rio Grande do Norte, lugar onde nasceu, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Em 2006, foi lançado no país o Projeto memória, que tinha como pauta principal a apresentação da vida e obra de Nísia Floresta, com recorte especial para sua trajetória como uma das primeiras feministas do Brasil.

Não obstante o renascimento de suas obras ao longo das últimas décadas, muito se perdeu no tempo e no espaço, nos impedindo de divulgar a história dessa brasileira em seu inteiro teor. Para se ter uma ideia, entre a 3ª edição da obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* e a mais recente atualizada por Constância Lima Duarte, distam 150 anos, o que comprova o quão é necessário ainda dizer sobre Nísia Floresta.

A escrita foi, sem dúvida, seu maior ofício, e mesmo nos períodos em que se propôs a conhecer outros países, Nísia relatou em forma de texto o que viu e sentiu daquelas culturas. Em suas narrativas de viagem também esteve preocupada em falar sobre a questão da mulher, em problematizar a opressão que vivia no confinamento doméstico e a falta de acesso à direitos básicos como educação e cidadania.

Com efeito, Nísia utilizou-se do expediente da escrita até praticamente sua morte, ocorrida em 1885, sendo de 1878, seu último título *Fragments d'un ouvrage inédit*, em que registra notas biográficas.

Em forma de prosa ou verso, o que podemos concluir é que seus textos representam valorosas contribuições para a afirmação histórica dos direitos humanos, e como contribuição para o direito das mulheres, há uma opinião unânime entre os estudiosos em apontar *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* como o texto fundante do feminismo no Brasil.

Com efeito, o resultado desse texto como prática de tradução cultural operada por Nísia Floresta, em pleno século XIX, aponta para o sentido de que é possível fazer da tradução, assim como da literatura, uma forma de compreender o direito, ou até mesmo, de lutar por ele.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei Imperial. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/decreto-lei_imperial.htm> Acessado em: 25 fev. de 2015.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. 2. ed. Natal: Editora Universitária (UFRN), 2008.

FLORESTA, Nísia. *A lágrima de um caeté*. 4.e d., atualizada com notas e estudo crítico de Constância Lima Duarte. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989a.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Ed. atualizada com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989b.

FLORESTA, Nísia. *Três anos na Itália* Trad. de Francisco das Chagas Pereira. Apresentação de Constância L. Duarte. Natal: Editora Universitária (UFRN), 1999.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975.

PROJETO MEMÓRIA, 2006. Nísia Floresta: uma mulher à frente de seu tempo. Disponível em: <<http://www.projeto memoria.art.br/NisiaFloresta/index.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

QUEIROZ, Maria José de. *Do indianismo ao indigenismo nas letras hispano-americanas*. Tese (Doutorado em Literatura Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia da UFMG, Belo Horizonte, 1962.

SABINO, Ignez. *Mulheres ilustres do Brazil*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, 1996.